PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

VANESSA ELIAS DE OLIVEIRA

Relato aqui a entrevista que realizei com a professora Sônia Draibe, na tarde quente de verão do dia 04 de fevereiro de 2019, no apartamento dela, em Higienópolis, São Paulo. A professora Sônia Draibe mostrou-se, desde o primeiro contato quando falei do projeto "Mulheres na Ciência Política brasileira" e da importância de entrevistá-la, muito disposta e interessada em falar de sua trajetória e sua contribuição para a área. Sempre muito simpática e agradável, me recebeu muito bem e me deixou muito à vontade em sua casa.

Começamos a conversar e Sônia relatou seus anos iniciais na graduação em Pedagogia, sua passagem pelo mestrado em Sociologia fora do país (na Flacso, no Chile) e início da vida acadêmica na Unicamp ao mesmo tempo em que cursava seu doutorado em Ciência Política na USP. Sônia destacou sua formação interdisciplinar e leio essa interdisciplinaridade como uma marca importante de sua trajetória, central para o início do processo de construção das Políticas Públicas como campo de estudos no país – já que é, o próprio campo, interdisciplinar. Contou-me sobre suas mais variadas atuações no sentido de institucionalizar e consolidar a área de Políticas Públicas na Unicamp, por meio do Nepp (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas), ancorada em uma ampla rede de pesquisa internacional que Sônia manteve ao longo de toda a sua atuação profissional. Como entrevistadora e admiradora do seu trabalho, fiquei impressionada com as conexões internacionais e atuações diversas, em termos de construção institucional, levadas a cabo por Sônia, contribuições estas essenciais para o desenvolvimento das Políticas Públicas, subárea do que hoje chamamos por "Ciência Política e Relações Internacionais" no Brasil.

Também se mostrou um elemento determinante nesse processo de construção dupla: da instituição na qual atuava e do próprio campo de conhecimento no Brasil. A centralidade dos recursos públicos destinados ao avanço das pesquisas sobre políticas públicas sem o trânsito internacional da pesquisadora, o envolvimento de alunos de graduação e de pós-graduação, assim como a criação e desenvolvimento de um conjunto de conceitos e ferramentas analíticas não teria acontecido.

Depois de mais de uma hora de conversa, Sônia concluiu lembrando-se de vários momentos e aspectos sobre os quais se esqueceu de falar ao longo da entrevista, mas que considera centrais em sua trajetória. Alguns deles foram incorporados depois, na revisão da transcrição. Outros ficarão com a Sônia, mas a entrevista trouxe para nós, leitores e admiradores do trabalho de Sônia Draibe, uma parte importante e (até então) pouco conhecida da sua longa atuação para conformação do campo de estudos das Políticas Públicas e da Ciência Política no Brasil. Foi delicioso ouvir e saber mais sobre isso, por meio da agradável conversa com a Sônia!

Auto-apresentação

SÔNIA DRAIBE

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1981) e livre-docente pela Universidade Estadual de Campinas (1993), sou professora adjunta do Instituto de Economia e pesquisadora sênior do Nepp – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp. Atuo na área de economia, com ênfase em economia dos programas de bem-estar social.

Publiquei 34 artigos em periódicos especializados e 17 trabalhos em anais de eventos. Possuo 42 capítulos de livros e 5 livros publicados, além de 8 itens de produção técnica. Participei de 26 eventos no exterior e 31 no Brasil. Orientei 7 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado, além de ter orientado 1 trabalho de conclusão de curso na área de Ciência Política. Tive a honra de receber 2 prêmios/homenagens. Entre 1984 e 2004, coordenei 24 projetos de pesquisa.

Em minhas atividades profissionais, interagi com 74 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Meus temas de interesse são: política social, assistência social, descentralização, educação, políticas públicas, avaliação, pobreza, políticas sociais, bem-estar social, coesão e equidade.

Entrevista

Vanessa Elias de Oliveira: *Primeiramente, obrigada Sônia, mais uma vez, por me receber e aceitar dar a entrevista para o livro Mulheres na Ciência Política. Temos um conjunto de perguntas, fique à vontade para ir e voltar se assim você quiser. O primeiro bloco de perguntas diz respeito à trajetória na Ciência Política. Em primeiro lugar, você poderia apresentar a sua trajetória profissional tanto em termos de formação, quanto em termos de filiações institucionais?*

Sônia Draibe: A minha trajetória oscilou desde a graduação, marcada por inflexões tanto nas áreas de formação, quanto nas temáticas principais. Fiz graduação em Pedagogia, na USP [Universidade de São Paulo]. Vim do interior, tinha feito escola normal, e a primeira ideia era ir para área médica ou fazer psicologia, mas desisti e fui para Pedagogia. Na Pedagogia, fiz uma especialização em História e Filosofia da Educação – uma experiência pioneira de especialização precoce liderada por Roque Maciel de Barros e João Eduardo Rodrigues Villa-Lobos. Logo ao terminar a faculdade, em 1965, passei a dar aulas no Sedes *Sapientiae* – PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] exatamente em História da Educação. Outra inflexão foi nos programas de mestrado. Inicialmente, fiz os créditos em Sociologia do Desenvolvimento, também na USP, sob orientação de Maria Alice Mencarini Foracchi, com quem trabalhei em pesquisa, fui sua bagrinha em algumas pesquisas sobre imigrantes e outros agrupamentos humanos aqui na cidade. Infelizmente, tive que interromper, pois saí do Brasil, fui para o Chile. Lá, fiz um mestrado em Sociologia na Flacso [*Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales*] e, nessas alturas, já estava mais interessada em Sociologia, Sociologia Política, Filosofia Política. Estava mais delimitado o campo de formação, mas ainda não era Ciência Política e sim Sociologia. Meu orientador, inicialmente, foi o professor e atual Senador José Serra; mas, dadas as turbulências do período – estávamos já em 1973 –, foi substituído pelo Professor Emílio de Ípola. Escrevi a dissertação de mestrado aqui no Brasil, porém foi examinada na Argentina para onde havia se transferido a direção da Flacso chilena. O tema foi Estado e Industrialização na Argentina, no início da industrialização, no primeiro período Peronista. Portanto, ao chegar aqui, já estava mais voltada para esta área, na confluência da Sociologia Política e da Ciência Política, porque, na verdade, a delimitação não estava tão clara. Fui procurar a pós-graduação aqui da USP, pois estava terminando o mestrado. Mandei a tese para a Argentina, me inscrevi para o doutorado e apresentei um projeto de pesquisa sobre Estado e Industrialização no Brasil ao meu futuro orientador, o Professor Juarez Rubens Brandão Lopes, do Departamento de Ciência Política da USP. Lá, fiz os créditos para o doutorado – nesse momento, ainda não havia me definido pela Ciência Política. Meu campo de pesquisa, de interesse, era mesmo as relações entre Estado e desenvolvimento econômico com foco, obviamente, no Estado, burocracia, mecanismos e regulação, sistemas decisórios, democracia, projetos de desenvolvimento e suas variações, enfim os rumos e as metamorfoses do Estado Brasileiro ao liderar o processo de industrialização do país. Trabalhei essa perspectiva na minha tese de doutorado, que abrangeu o período de 1930 até o fim de JK [Juscelino Kubitschek]. Lembro que tive orientações teóricas as mais variadas: um pouco de Ciência Política francesa, um pouco – muito – do marxismo da época (risos), mas já buscando outras fontes de inspiração. Fui buscar a orientação do Weberianismo porque, na verdade, quem trabalhava com Estado, se não tivesse um apoio de Weber e da literatura por ele inspirada enfrentava dificuldades. Você não tinha, no marxismo, apoio conceitual suficiente, principalmente nas vertentes que dominavam o cenário acadêmico na época. Fiz leituras tanto no Chile, quanto depois, nas pesquisas da literatura francesa e americana, evidentemente, que me ajudaram muito nesse campo, desde os

trabalhos de Barrington Moore até os de Theda Sckopol. Essa foi minha entrada na Ciência Política. Voltei para o Brasil em 1973, comecei a dar aula de Sociologia na FGV [Fundação Getúlio Vargas] em 1974, 1975, e já estava na pós-graduação da USP com o Juarez fazendo os cursos do [Francisco] Weffort, os cursos que eram dados para os créditos na pós-graduação. Abriu uma vaga em Ciência Política na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] – onde trabalhavam vários colegas economistas que também haviam estudado na Escolatina, no Chile. Entrei neste concurso e fui admitida. Isso foi em dezembro de 1975. Assim, saí da FGV e fui para o mestrado da Ciência Política da Unicamp. O curso, já no primeiro ano, era sobre Estado e desenvolvimento na América Latina e no Brasil e comecei a focar mais a questão do Estado – mais ainda do que estava fazendo, com conteúdo, apoios teóricos mais fortes para o desenvolvimento da minha pesquisa sobre Brasil. Nesse momento, ficou claro que o foco do meu interesse na Ciência Política era Estado, democracia, mas sempre na relação com o desenvolvimento econômico. Entrei na ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] nessa época. Era início de 1976 e estavam sendo criados os primeiros grupos de trabalho da futura ABCP. Propus, então, que criássemos um grupo de estudos sobre o Estado e, para tanto, fiz contato com vários colegas da Ciência Política da Unicamp e do Rio, do Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro]. Foi uma primeira tentativa, mas se desmanchou com um hiato que houve na ABCP. Fizemos parte daquela primeira tentativa de criar a Associação Brasileira de Ciência Política. O Guillermo O'Donnel estava por aqui, dando um curso no Iuperj; lá estavam também o Renato [Boschi], a Eli [Diniz], etc. trabalhando com perspectivas semelhantes. Mais tarde, já na segunda fase da ABCP, o grupo ressurgiu, agora com o foco no Estado e nas Políticas Públicas. Me filiei a esse grupo de estudo e pesquisas e participei das várias reuniões da ABCP com colegas que já estavam lá – vários que estão até hoje neste campo. Essa foi minha entrada na Associação Brasileira. Em 1982, filiei-me à Associação Internacional de Ciência Política [Ipsa]. Os meus cursos na pós-graduação, primeiro, foram no mestrado em Ciência Política e, depois, no doutorado, também em Ciência Política, da Unicamp. Os primeiros cursos possuíam esta embocadura: Estado e desenvolvimento econômico; mas também Teorias do Estado. Logo em seguida, porque faltava no currículo, comecei a dar um curso de Estado, burocracia e políticas públicas, seguido de cursos de análises de políticas públicas. Em 1985, passei um período grande na França e uma parte do meu estudo foi trabalhar com a bibliografia de políticas públicas. Aqui no Brasil, só se via políticas públicas em uma parte do curso sobre Estado que o O'Donnell dava lá no Iuperj. Praticamente não havia cursos específicos sobre Políticas Públicas nos programas nacionais de mestrado em Ciência Política.

VEO: *Com esta embocadura.*

SD: Em 1985, fiz um *pós-doc* em Paris, no Iedes [*Institut d'Étude du Développement Économique et Social*]. Além de trabalhar com colegas dedicados à temática Estado e desenvolvimento econômico, fiz duas pesquisas particulares, que marcaram as duas próximas inflexões temáticas de minha carreira acadêmica. A primeira foi me dedicar ao estudo comparado do *Welfare State*. Fiz um estudo comparado das reformas dos programas sociais na França, Espanha e Itália. Entrevistei uma vintena de pesquisadores e, sobretudo, gestores de programas nesses países sobre as mudanças encaminhadas na primeira metade dos anos de 1980. Foi um trabalho interessantíssimo, que me permitiu conhecer a literatura e, especialmente, os alcances e limites das reformas dos Estados de Bem-Estar Social. Desde então, foi este o tema que persegui tanto em pesquisas, quanto nos cursos de mestrado e doutorado que ministro até hoje. Mesmo depois de aposentada. Falarei disto depois. A segunda pesquisa já foi no campo das políticas públicas. Durante o *pós-doc* em Paris, pesquisei a literatura de análise de políticas públicas, principalmente a Americana. Havia uma boa biblioteca da *SciencePo*, na qual passava a semana toda fazendo trabalho quase manual. Não só fazia

pesquisa bibliográfica e lia, como também tirava xerox. Xerox e mais xerox. E esta era uma bibliografia principalmente norte-americana.

VEO: *Por que não tinha aqui?*

SD: Não tinha. Quando voltei para o Brasil, vim com duas malas enormes de livros e documentos xerocados, era um peso insano! E trabalhei com xerox um tempão, porque até para comprar livros era difícil também na França, que quase não traduzia, de forma nenhuma traduzia – até hoje traduz muito pouco. A literatura americana estava à disposição, pois havia professores da *SciencePo* que trabalhavam com isso, estudaram os Estados Unidos e divulgaram um pouco essa literatura. Aqui no Brasil, uma ou outra pessoa conhecia este campo, principalmente os que foram estudar nos Estados Unidos, mas eram poucos: um colega de Minas, algumas pessoas do Iuperj... Sendo assim, abri, no mestrado e no doutorado, um curso de análise de políticas públicas e foi criado um pequeno grupo por quem se interessou em fazê-lo. Era um curso instrumental, importante para ajudar nas teses, nas análises e nas próprias pesquisas. Esse meu trabalho na França foi em 1985. Voltei em 1986 e passei a dirigir o Nepp, o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, que foi criado em princípios de 1980 pelo Professor Vilmar Faria, que se interessava pelo tema, junto com a Professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, que dirigiu o Nepp nestes primeiros anos. Em 1986, ela saiu e eu assumi a coordenação do Núcleo, onde fiquei até 1996. Esse trabalho com políticas públicas foi bastante útil para o primeiro grupo de pesquisadores do Nepp, nos ajudando a organizar os projetos e as pesquisas que desde então fizemos. No começo, havia quase uma marcação de como fazer a pesquisa sobre políticas públicas: programas e avaliações de programas; olhar tudo com um certo sistema que acabamos criando; olhar a organização da política; como estava estruturada; como era o sistema decisório dentro daquele programa ou da política que estávamos examinando; como era financiado; tinha ou não impacto distributivo etc. Definimos um sistema de análise das políticas, o que foi muito útil como aprendizado nosso, e também para dar uma qualidade melhor às pesquisas, para que não fossem meramente descritivas – uma marca ruim daquela primeira etapa de análise de políticas no país. De fato, estávamos ainda em um momento incipiente de análises e avaliações de politicas públicas no país que recém se democratizava. Estávamos todos aprendendo e com falhas. Evitávamos, nesse momento, a análise política das políticas públicas. Por quê? Pessoalmente, achava que ainda era cedo para que este pequeno grupo saísse por aí, pois se corria o risco de fazer aquelas análises em que se traça um grande quadro dos atores e lutas políticas nacionais para depois ver como era a educação no município "X" do Rio Grande do Sul! Aí se cometem barbaridades (risos), principalmente se considerarmos que apenas estávamos saindo da ditadura. Era muito fácil você olhar a ditadura com seus processos autoritários etc. e depois olhar o programa não sei das quantas e estabelecer ali algumas relações (risos). Minha orientação inicial foi tratar de evitar isto e fortalecer a análise "administrativa" das políticas públicas: como está estruturada; como opera; como faz; quem decide; como é a burocracia deste programa; qual é a qualificação de quem toca as políticas – seja na área educacional, seja na previdência, que fizemos muito; seja nisso ou naquilo –, enfim, essa foi a entrada. Claro, isso depois se modificou com as teses – estou falando deste primeiro grupo de pesquisadores. Foi um grupo muito interessante que, junto comigo, ajudou a criar isso: a Ana Luiza [D'Ávila Viana], a Marta [Arretche], o Eduardo [Noronha], a Ana [Fonseca], a Célia [Melhem], o José Roberto [Ruz Perez], a Cibele [Andrade Marchi], a estatística Stella [Silva Telles]. Foi um grupo pioneiro no Nepp e como eu coordenava pelo lado brasileiro um convênio com a França, uma Capes/Cofecub [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil], quase todos foram fazer alguma bolsa sanduíche na França. Se não me engano, foram oito pesquisadores que estavam comigo ou na pós, ou diretamente já no Nepp e que usaram a bolsa sanduíche para ir ou a Paris, ou a Grenoble, ou a Estrasburgo para desenvolver e ampliar suas próprias teses. Nesse período, trabalhavam também

em pesquisas do Nepp os professores Vilmar Faria, Maria Hermínia [Tavares de Almeida], Argelina Figueiredo, Maria Helena [Guimaraes de Castro], Pedro Luiz Barros Silva, Geraldo Di Giovanni, Jorge Tápia, Eduardo Fagnani, Ana Canesqui. Foram todas pessoas importantes que contribuíram para a formação dessa massa crítica inicial na área de políticas públicas e foram fundamentais para o fortalecimento institucional. Este é o começo (risos).

VEO: *Você falou um pouco sobre suas principais áreas de interesse de pesquisa, mas quais foram e quais são as principais influências, obras, autores e teorias, sobre o seu trabalho?*

SD: Foram tantas... Vamos por partes. Fiz minha formação básica na USP e foram daí as principais influências que tive tanto no campo da Filosofia da Educação, quanto na da Sociologia. Da primeira, destaco a importância dos estudos da filosofia grega na leitura não só dos filósofos, quanto dos comentaristas mais destacados, como Werner Jaeger, em "Paidéia: a formação do homem grego", um maravilhoso tijolaço sobre as virtudes do herói e suas escolhas trágicas. Sob a orientação de Villalobos, caminhávamos no estudo da história e da filosofia da educação acompanhado sempre da literatura clássica e, mais tarde, contemporânea, além da leitura obrigatória das obras de teatro. Líamos os filósofos e as novelas, os romances e ensaios literários pertinentes. Já na pós-graduação em Sociologia, lemos Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, mas também Karl Mannheim, Hans Freyer e outros. Destaco os cursos de Luiz Pereira, de Sociologia do Desenvolvimento, no qual, além da produção da casa – Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso –, líamos Raymond Aron, Rostow [Walt Whitman], Gino Germani, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raul Prebisch e a teoria cepalina do desenvolvimento. Parti desta base para meus estudos posteriores sobre Estado e Desenvolvimento Econômico, marcados agora pela Escola de Campinas, onde integrei com honra o grupo de economistas que, sob orientação de João Manuel Cardoso de Mello, dedicou-se a estudar as características específicas da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Minha tese de Doutorado de 1981, hoje o livro "Rumos e Metamorfoses – Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960", Editora Paz e Terra, registra bem estas origens e influências. Uma orientação, digamos, estruturante, permeia esta tradição: a constante tensão entre teoria e história, evitando tanto a aplicação cega de modelos quanto a empiria tola que considera cada caso como caso único... Jabuticaba, diríamos hoje! Mas vamos à política social. O passo dos estudos sobre o Estado para o *Welfare State* foi natural e rápido. Passei a me dedicar à política social na primeira metade dos anos 1980 e, principalmente depois de 1985, aos estudos comparados dos Estados de Bem-Estar Social tanto nos países desenvolvidos, como especialmente na América Latina, sempre com vistas a compreender a especificidade da constituição, desenvolvimento e, mais recentemente, crise do *Welfare State* no Brasil. Este estudos começaram ainda antes da publicação do clássico livro de Gosta [Esping-Andersen], "*The three words of the Welfare Capitalism*". Até então, apoiei-me especialmente na literatura inglesa – Richard Titmus –; alemã, por exemplo, Peter Flora, Jeans Alber, Claus Offe; e italiana, por exemplo, Ugo Ascoli. A longa e profícua interlocução com o coordenador pelo lado francês do acordo Capes/Cofecub, Bruno Théret, levou-me à rica literatura francesa sobre o *État-Providence* e aos novos programas sociais implementados na França, tal como o programa de renda mínima de inserção de 1988. Foi esta a base que me permitiu já em 1989, ousar definir o que chamei de padrão meritocrático-particularista de Proteção Social brasileiro tratando, assim, de captar a especificidade do *Welfare State* que aqui se construía. Também no campo da análise das políticas públicas, os estudos dos franceses Pierre Muller e Bruno Jobert vieram complementar as orientações da literatura americana, tanto da análise administrativa das mesmas quanto, mais tarde, do institucionalismo histórico. Não vou citar autores, aqui, porque a memória pode falhar...

VEO: *Tudo bem.*

SD: Assim, no Nepp e nos cursos de pós-graduação, nos apoiávamos no que depois ficou conhecida como a linha francesa de análise cognitiva de políticas públicas – diferenciada da americana, que trabalhava também com grupos e redes de interesse, mas de maneira um pouco menos liberal. Pelo lado da tradição americana, buscávamos orientação, sobretudo práticas de análises das políticas públicas. Trabalhei com a literatura americana convencional – e os meus, hoje, colegas trabalhavam comigo, seja como doutorandos, como alunos da pós ou colegas de pesquisa. Conhecemos essa literatura, usamos, na medida do possível, para as conceituações mais clássicas, de agenda, de formação de agenda, da interação de grupos de interesse, de análise de processos e de resultados, de estudos de implementação e de modelos de avaliação etc. Isso estava nos cursos que dávamos e estava, também, nos debates que fazíamos quando discutíamos projetos de avaliação. O segundo passo foi aumentar a nossa formação em estatística e fizemos isso interagindo com professores do Instituto de Matemática e Estatística. Essa era mais uma das ausências, digamos assim, das análises de políticas públicas brasileira: as pesquisas de avaliação tinham pouca estatística e quando tinham, era estatística descritiva e olhe lá! Nesta dimensão, o Vilmar Faria foi importante nos debates, nas mesas que fazíamos, sugerindo procedimentos metodológicos mais sofisticados, mesmo quando não tipicamente estatísticos, para ajudar a estabelecer relações de algum tipo naquilo que verificávamos na empiria. Por volta de dois ou três anos depois que tínhamos começado, iniciamos alguns grandes projetos de avaliação. Foi a época, também, da abertura da onda de avaliações de programas, na qual o papel do Banco Mundial foi importante, assim como o do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento]. Os ministérios e algumas secretarias do Estado de São Paulo passaram a receber recursos dessas instituições para fortalecerem a área de avaliação, obviamente, com exigências ou sugestões de que fossem avaliações mais robustas, apoiadas e bons marcos analíticos e mais sofisticadas estatísticas. O esforço para isso foi bastante grande também. Estou falando do fim dos anos de 1980 e começo de 1990. Os cursos ajudavam nisso, havia uma renovação da literatura e uma boa interação com colegas que contribuíam para esse fortalecimento. Me lembro de, no comecinho dos anos de 1990, ter que desenhar um grande projeto de pesquisa para avaliar um programa de avaliação educacional aqui no Estado de São Paulo. O desenho foi difícil, pois, na verdade, não íamos fazer uma pesquisa de massa, mas um questionário, entrevista com grupos relativamente reduzidos de técnicos e professores. Para pensar esse desenho com certa segurança, trabalhamos bastante conhecendo melhor as avaliações mais sistemáticas dos Estados Unidos e da própria França. Acabou saindo um desenho interessante. Deu bastante trabalho, tivemos que criar o tempo zero, o tempo um... A pesquisa duraria dois anos, tivemos tempo para voltar e fazer outra vez, e isso nos permitiu estabelecer relações mais claras entre o papel dos técnicos, o papel dos professores e diretores segundo suas formações diferenciadas, e com controle da variável tempo. Era um estudo de inovação educacional em várias áreas, em várias divisões do processo educacional. Deu muito trabalho, mas, enfim, foi um salto de aprendizado para nós. Saiu uma pesquisa bem feita, a devolução foi importante e fizemos uma exposição disso, um grupo de pesquisadores enorme trabalhando na Secretaria de Educação praticamente com toda a secretaria, os diretores regionais e os técnicos regionais reunidos. Foi bastante importante e com aproveitamento dos resultados, que era muito raro neste momento, porque se faziam pesquisas, mas os resultados, em geral, iam para as gavetas. Essa foi uma experiência importante. Voltando às fontes, nesse caso não eram bem autores, mas *insights* que percebíamos em um autor ou em outro para desenhar melhor o projeto. Nós já dominávamos relativamente bem a conceituação básica de análises de políticas públicas, mas os desenhos tinham que captar aquilo que era mais particular do objeto daquele momento. Começamos aí. O financiamento deste tipo de pesquisa era um financiamento relativamente generoso.

VEO: *Ia perguntar justamente se você contou com apoio financeiro para as pesquisas.*

SD: Todas essas eram financiadas pelos governos que encomendavam as pesquisas. Dessa não lembro o valor, me lembro de uma seguinte, que foi feita alguns anos depois, no Brasil inteiro. Uma pesquisa avaliando três programas educacionais que estavam por conta do Ministério da Educação: a TV Escola, a Merenda Escolar e o Dinheiro Escolar, que era um programa inovador.

VEO: *O dinheiro ia direto para a escola, certo?*

SD: É, o dinheiro ia direto para a escola para pequenos reparos etc. Nós fizemos a pesquisa com 16 pesquisadores em campo atuando em 8 estados e, em cada um, na capital e em três munícios de portes grande, médio e pequeno. Cada estado foi pesquisado por 2 pesquisadores altamente qualificados por, no mínimo, 15 dias em cada estado. Em cada cidade, eram, no mínimo, 18 pessoas entrevistadas – nas capitais um pouco mais –, desde o secretário estadual até a merendeira de cada escola. Em alguns casos, tivemos reuniões que envolviam pais de alunos, grupos de avaliação. Essa foi uma pesquisa cara, não me lembro bem o valor, mas seguramente extrapolou os valores médios dos projetos anteriores. Tivemos que contratar pessoas bem qualificadas, com mestrado no mínimo. Havia vários doutores com experiência de pesquisa. Tinham que ir sempre dois pesquisadores e a preparação foi muito, muito intensa, pois precisávamos fortalecer os pesquisadores para que pudessem tomar decisões em situações não previstas. Até hoje tenho o manual de cada coordenador da pesquisa, de cada uma das entrevistas que seriam feitas com cada um dos 16 gestores, técnicos, professores da rede de educação, do secretário até os técnicos da merenda e da TV Escola. E foi um êxito! Essa pesquisa foi bem financiada, foi cara e os relatórios finais foram imensos. Imensos porque, na verdade, fizemos relatórios com distintos cortes, sobre programa, sobre cada estado, os programas no estado... Eram várias maneiras de olhar os resultados e isto foi levado ao MEC [Ministério da Educação] por toda a equipe: os 16 pesquisadores, eu mesma e o Pedro Luiz [Barros Silva], que me ajudava na direção. O Ministro Paulo Renato [Souza] fechou o Ministério e passamos dois dias expondo o resultado para toda a área técnica, que os levou em conta para medidas posteriores de correção e aperfeiçoamento dos programas. Foi muito, muito interessante. Os financiamentos variavam muito e a universidade não tinha como financiar projetos, especialmente os de grande porte. Essas eram pesquisas financiadas que envolviam gastos com viagens, com hospedagem, com produção de material e envolviam, também, contratações de pesquisadores além dos que o Nepp tinha. Fizemos, dentro do estado de São Paulo, várias pesquisas para ministérios e para secretarias de estado. Os mais frequentes eram nas áreas de Saúde e Educação; alguns também sobre a Previdência Social. Essas eram pesquisas volumosas, grandes, bem estruturadas e que já se envolvia um trabalho estatístico mais pesado, com análises prospectivas e, para isso, contamos com estatísticos nossos, mas, principalmente, com alguns professores do Instituto de Matemática e Estatística que passaram a trabalhar conosco na moldagem e no trabalho de avaliação posterior. Foi muito legal. Depois fizemos diretamente com o BID algumas avaliações, mas essas eram bem menores, mas estatisticamente mais robustas até que as primeiras. Havia uma preocupação em manter a nossa independência, autonomia, a seriedade com que levantávamos dados e essa relação com o político, com quem contratava a pesquisa, isso era inevitável.

VEO: *É, no campo de políticas públicas...*

SD: Nem todos os projetos foram financiados. Logo que voltei da França, já tinha feito uma pesquisa sobre as reformas de políticas sociais na França, na Espanha e na Itália. Na Itália, principalmente, conheci um grupo que fazia uma avaliação nacional dos programas sociais e publicavam anualmente

o que chamavam de Estado Social da Nação. Comecei a fazer algo parecido aqui. Não era uma pesquisa primária, era uma pesquisa com documentos produzidos pelos órgãos governamentais. Era um pouco juntar tudo o que havia acontecido em termos de inovação e de funcionamento das políticas sociais em um certo ano e analisá-los. Foi publicado como livro chamado "Brasil 1985 (1986, 1987, 1988): Relatório sobre a Situação Social do País". Essa também foi uma experiência muito boa para a formação dos pesquisadores, todos nós estávamos trabalhando com isso, envolvia todo o grupo de pesquisadores do Nepp. Esse projeto não tinha financiamento, era um trabalho nosso, com nossos recursos humanos. A universidade, às vezes, nos ajudava nos gastos de viagem, porque tínhamos que ir à Brasília a maior parte das vezes, foi um período em que muito pouca coisa estava digitalizada. Lembro de cenas assim: no Ministério da Saúde tínhamos que copiar, porque lá se fazia tudo a mão. Obviamente, dependíamos da boa vontade e da formação de quem nos recebia. Chegamos a ter cenas, e isso aconteceu com a Ana Fonseca, por exemplo, de o técnico de certo ministério falar assim: "Isso aqui você pode ver, isso aqui você não pode" e rasgar o papel na frente dela.

VEO: *Nossa...*

SD: Mas não se esqueça, estávamos nos primeiros anos da democratização, 1985, 1986... Ainda a formação autoritária e o comportamento autoritário dos gestores interferiam, não havia muito disfarce. Nos anos de 1990 já era outro clima. Você tinha, na área social, ocupada principalmente pelo PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira], a vontade dos dirigentes de verem o seu trabalho ser avaliado e os impulsos dados pelos bancos internacionais de fomento de que a avaliação acompanhasse sempre seus empréstimos. Claro que ninguém achava graça quando você falava mal (risos), mas levavam a sério quando você dizia: "Isso não está funcionando bem, isso pode ser modificado". Nosso trabalho de recomendação de políticas era sério. Na merenda escolar, fizemos muitas recomendações e foram bem recebidas. Na área de saúde, tínhamos um grupo bom trabalhando nos programas do Ministério, até os ajudamos a organizar seus próprios dados, porque, apesar de estarem todos lá, eram manuais etc. Isso mudou uns 10 anos depois, mas continuávamos com as pesquisas, as coisas estavam melhores. O nosso trabalho de balanço anual das políticas públicas era feito um olhar mais ou menos crítico sobre o que havia acontecido na política social, por isto, às vezes, recebia uma cara feia. Fiz outra experiência assim no Nepp, também foi interessante. No dia que soube que começaria o programa de renda mínima de Campinas, que junto com Brasília foram os dois primeiros do Brasil, puxei a Ana Fonseca, que estava sem projeto naquele momento, e a chamei para avaliar o programa – achava que era uma experiência fundamental conhecer a implementação desde o primeiro dia. Disse: "Vai ser a nossa chance de chegar junto. Enquanto estão implementando, já estamos coletando dados da implementação, trabalhando com os implementadores". Ela se animou, fomos bater na porta do Grama [José Roberto Magalhães Teixeira], que era o prefeito de Campinas que conhecíamos por alguns seminários, e propus que nós, se ele permitisse, fizéssemos uma pesquisa. Ele se dispôs e disse: "Não tenho dinheiro, mas posso tentar ver se conseguimos com a Fapesp" [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], mas eu disse que não precisávamos, pois tínhamos alunos e professores. Me reuni com várias pessoas e convidei a Teresa Caldeira, que dava um curso sobre Metodologia Científica, na Antropologia e sempre treinava os alunos com pesquisa de campo. Falei: "Teresa, você não quer fazer como experiência com seus alunos, trabalhar com este material?" – eles ficavam esperando as eleições para fazerem pesquisa eleitoral. A Teresa ficou toda animada. Fiz isso também com alunos nossos, o grupo todo do Nepp trabalhando. Como era em Campinas, não tínhamos praticamente gastos, não precisávamos remunerar essas pessoas para isso e tínhamos gente suficiente para fazer os levantamentos. Fizemos a carteira de gastos das famílias e, semanalmente, os pesquisadores iam até a casa das famílias que tinham selecionado para acompanhar esses gastos. Foi uma pesquisa

ótima, de muito impacto para nós, para a formação. Fizemos grupos focais trazendo os implementadores. Fizemos isso em três etapas, ou pelo menos até o final da pesquisa, e os resultados foram interessantes e úteis para nós e para a Prefeitura. A partir disso, se criou um núcleo de pesquisa no Nepp sobre programas de renda mínima. Eu havia estudado sobre programas de renda mínima na França e participado, por convite do meu colega francês, dos primeiros grupos em que os implementadores do programa de renda mínima fizeram, um grupo de discussão. Eu tinha um interesse muito particular e até hoje o Nepp tem um grupo. A Ana Fonseca, que trabalhou muito com isso, continuou a fazer. Ela foi trabalhar, também, na própria prefeitura, mas fez no Nepp arquivos dos programas de renda mínima, porque eles foram se multiplicando nas prefeituras – ainda era o tempo dos programas das prefeituras. Fomos recolhendo esses dados...

VEO: *Das outras prefeituras...*

SD: ...das prefeituras, criando lá dentro um laboratório para poder acompanhar esses programas. Esse foi um trabalho muito bom, que levamos à frente até acompanhar o programa nacional, quando começou o programa do Bolsa Escola. Fizemos seminários com os prefeitos, técnicos, pesquisadores... Foi uma área interessante e criada muito em cima da própria experiência inicial dos programas de renda mínima do país. Isso tudo para te contar certa vontade que tivemos, tentamos, obviamente que não se consegue sempre, a de manter uma certa independência nessas avaliações. Mas fora um caso ou outro, principalmente na área federal, de dificuldade, de conseguir dados, não foram grandes as arestas. Era o começo da cultura de avaliação, que mais tarde se instalou mesmo no país. Esse era um estágio muito inicial, em que as pessoas iam perguntar "por que tem que avaliar?", essa era a reação inicial. Era essa a relação com o financiamento. Tivemos financiamento dos próprios contratantes, dos estados principalmente. Cheguei a fazer pesquisa até para a prefeitura de São Paulo. Estados, municípios e alguns órgãos federais que, ao receberem financiamento dos bancos, já tinham a obrigação de fazer pesquisas com entidades externas ao ministério. Isso abriu um campo – até hoje – grande de trabalho para as áreas universitárias. O Nepp já se destacava como um núcleo de pesquisa sério, especializado em pesquisas de avaliação.

VEO: *Falando um pouco da relação entre a sua trajetória acadêmica e a vida privada, como a sua trajetória profissional foi, se foi, afetada pela sua vida privada e vice-versa?*

SD: Nessa história toda que estou te contando, já estava no meu segundo casamento. Meu marido tinha filhos e nós não tivemos filhos. Isso, obviamente, era uma circunstância muito favorável para poder desenvolver sua vida acadêmica sem muita restrição. Mesmo para viagens. Passei quase que o ano de 1985 na França, meu marido ia depois, mas não pode ir... Mas isso não afetou tanto. Sendo assim, contei com circunstâncias favoráveis. Pude viajar todos os anos naquele momento; como falei no começo, era importante, pois não havia um acesso muito fácil à literatura internacional se não fosse viajar também. Isso demorou a mudar. Não se comprava por internet, não existia internet (risos). A circulação dos programas, das universidades, era muito pequena, mal conhecíamos. Fui menos aos Estados Unidos e mais para a França por causa da minha formação. E foi via França que tive muito mais contato com a literatura americana por causa da *SciencePo*. Mas voltando: desse ponto de vista não tive muita dificuldade. Por não ter filhos, por decisão, não tive tanta limitação. A vida de dona de casa não me atrapalhou para isso (risos). Pude passar horas estudando à noite, pesquisando, trabalhando até 6 horas da manhã... Não havia limitação dentro da vida familiar para isso. Sei que não é uma regra. Não é a regra. Mas foi assim.

VEO: *E você acredita que a relação entre a vida privada e a atuação profissional se dê de maneira semelhante com seus colegas homens? Como você sente essa relação?*

SD: Esse campo em que trabalhei não foi um campo tipicamente masculino, machista (risos). Machismo você sempre encontra, mesmo que dissimulado. Mas de fato, trabalhei muito mais com colegas mulheres do que com colegas homens, elas trabalhavam bem próximas a mim. E não só nessa área de políticas públicas, trabalhei no IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas], depois fui para o Instituto de Economia. Na Economia sim havia uma predominância de profissionais homens, mas não me lembro de sentir a discriminação ou limitação forte. Sei que há outras áreas da academia que não são assim, em outros países etc., mas aqui mesmo, a antiga estrutura autoritária e machista de curso na Engenharia, Medicina, em Direito, por exemplo; não é a mesma, pelo menos, no que encontrei nos cursos na área de Economia, de Ciências Sociais e Ciência Política. Nem na USP, nem na Unicamp.

VEO: *É bom ouvir isso (risos).*

SD: É. Acho que era a Maria Hermínia que brincava, dizia: "Esses professores gostam de mulher brava". Não sei, porque não tive... Não me lembro desta discriminação, pode até ter tido algumas, mas...

VEO: *Não sofreu com isso.*

SD: Veja, de fato é uma área na qual há predomínio de mulheres. Nos próprios ministérios, principalmente dos anos de 1990 em diante, a área educacional era, claramente, uma área em que predominavam as mulheres, era o Paulo Renato e as suas meninas. As dirigentes eram todas mulheres. Um ou outro homem que estava por lá como o Floriano [Pesaro], alguém no Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, mas eram áreas com predominância de mulheres gestoras. Na minha área de análise de políticas públicas também tive doutorandos que trabalhavam com políticas públicas e depois seguiram outros caminhos. No Nepp, havia uma predominância maior de mulheres.

VEO: *Vamos falar um pouco sobre a condição de mulher na Ciência Política e avaliações sobre este campo disciplinar no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia, e mais especificamente do campo da Ciência Política no Brasil, nas últimas décadas? Quais foram, ou são, suas virtudes e seus limites?*

SD: Há pouco tempo, escrevi um trabalho sobre institucionalização dos estudos de políticas públicas. Essa época que estou falando, metade dos anos de 1980 em diante, podemos dividir em duas etapas. Essa primeira metade – 1985, 1986, início da Nova República etc. – era o início desses processos de ensino e avaliação de programas de políticas públicas. Fomos pioneiros na Unicamp, juntamente com o Iuperj, do Rio de Janeiro, e, mais tarde, a Universidade de Brasília. Ou seja, ainda não era tão difundido. Eram incipientes, era uma fase de emergência desses programas. Era também a emergência dos mestrados de Ciência Política. A Unicamp tinha, a USP, o Iuperj, acho que no Rio Grande do Sul também, depois Pernambuco... Acho que chegamos a oito mestrados no começo dos anos de 1990. E doutorado em Ciência Política nós só tínhamos o da USP, mais tarde o do Iuperj. Eu estava já na Unicamp quando foi realizada a primeira avaliação da Capes do mestrado de Ciência Política lá. Isso foi em 1977, por aí. E eram esses poucos programas. Na verdade, esse era o início do desmembramento da Ciência Política da área-mãe, as Ciências Sociais. Em certo nível, continuam juntas.

VEO: *As duas, não é?*

SD: A Unicamp, até hoje, tem graduação em Ciências Sociais, não nas áreas disciplinares.

VEO: *A USP também.*

SD: A USP também. E foi até por uma decisão, porque não se repartia na graduação a formação. Depois criaram os mestrados disciplinares e, mais tarde, o doutorado. Estamos falando de 10 anos de emergência dessa área. Poderia dizer que, no campo das políticas públicas, já é quase da metade dos anos de 1990 para frente que você pode falar do início da institucionalização. E que demorou. Por que estou falando de início da institucionalização? Primeiro, há a criação de uma massa crítica neste campo. Até a metade dos anos de 1990 – deixei a direção do Nepp em 1996 – fazíamos alguns seminários nacionais; chamávamos colegas para discutir algumas coisas, principalmente quando havia mudanças de políticas nacionais. Acho que fizemos uns três em que trouxemos colegas do Rio, de Brasília, de Pernambuco... Eram muito poucos os interessados. Havia sido criado o Iets [Instituo de Estudos do Trabalho e Sociedade] no Rio. Eram poucas instituições e dentro, alguns pesquisadores interessavam-se pelo tema. Aqui em São Paulo, tínhamos o Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], o Idesp [Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo], o Cedec [Centro de Estudos de Cultura Contemporânea], os núcleos e centros universitários, mas, em geral, eram pessoas e não toda a instituição que se dedicavam aos estudos e pesquisas de avaliação de políticas. Essa institucionalização demorou um pouco. O que estou dizendo: massa crítica, certo corpo conceitual básico comum em que havia diálogos que foram ficando cada vez mais fáceis sobre as etapas da política pública, as diferenciações de fases, da agenda até o monitoramento, a implementação, o monitoramento e a avaliação... Isso foi uma linguagem que foi se disseminando, se solidificando, quase que se tornando um sistema de compreensão e análise desses fenômenos. E, mais lentamente, acho que até hoje há essa dificuldade de se fazer a política pública sem fazer grandes confusões (risos), sem cometer grandes pecados. Digo isso, pois sempre me cobraram por que não fazia um pouco mais na análise da coalização governante; porque é muito difícil. Não é por não achar importante, é porque exige uma análise muito refinada e com muita informação para passar de uma coalizão dominante a uma avaliação de um programa educacional. É possível de ser feita, é claro, mas isto envolve trabalho árduo! Tive muito trabalho em convencer os orientandos a delimitarem melhor o seu escopo, para que não cometessem barbaridades. Mas ainda acho que é uma etapa, que isso é possível, principalmente se passar depois de algum tempo. Olhar para trás é mais fácil. Se eu olhar daqui para o período militar, olhar para o período da Nova República, quando você faz isso, retrospectivamente, é possível fazer uma análise mais fundamentada que dê conta da relação entre a grande política e um dado programa. Acho importante e até lamento não ser um pouco mais fácil. Mas no momento em que você está analisando um programa, avaliando-o, conhecendo uma experiência de inovação e quer, ao mesmo tempo, analisar a política do estado, a coalização naquele estado, no governo federal etc. a chance de cometer erros é muito grande. Erros analíticos.

VEO: *Sim.*

SD: Outra dificuldade é não fazer uma avaliação, mas sim uma mera descrição. Isso foi dominante em muitos centros universitários e em muitos projetos que estavam apenas começando. Quando disse que nós criamos, no Nepp, um sistema de análise e avaliação, era isto que buscávamos, superar a etapa meramente descritiva do programa. Era quase um mantra: olhar a organização federal, financiamento, olhar os técnicos que trabalhavam nos vários níveis, técnicos e burocratas. Isso era um pouco para, exatamente, sair de uma mera descrição fotográfica, significa olhar os

movimentos de implementação, o que é mais difícil ainda, estas são dimensões ainda da institucionalização. Acho que ainda não terminou muito esse processo, faz tempo que não vejo dissertações de mestrado por aí, mas cheguei a ver muitas que não ultrapassavam a mera descrição e, depois, as conclusões não batiam muito com os resultados finais (risos).

VEO: *Isso é um desafio mesmo, estando nas políticas públicas eu sei... (risos)*

SD: Não é só isso. Até entendo que não é só uma dificuldade metodológica. É caro fazer isso, você precisa ter financiamento para poder fazer entrevista com gestor, entrevista com quem for. Olhar meros documentos administrativos das políticas é fundamental, é ponto de partida, mas é apenas a parte inicial da avaliação, tanto de processo quanto de resultados.

VEO: *Diz pouco.*

SD: É...

VEO: *E como sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situou nesse quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina? Bom, você já falou um pouco sobre isso, mas não sei se você quer complementar.*

SD: Veja, estamos falando de dois momentos. Essa nossa história, como estávamos conversando, se junta um pouco com a história das associações nacionais e com o fim da ditadura. O primeiro trabalho que fizemos, o balanço anual das políticas, foi em 1985, mas tivemos que voltar, ir para trás, para poder olhar a constituição e o desempenho pretérito das políticas e programas. Tivemos que reconstruir os sistemas de políticas sociais do período militar. Fazíamos oito áreas de políticas: saúde, educação, previdência, habitação, transporte público, alimentação, nutrição e assistência social. Tínhamos que voltar e olhar a organização da política como era. Depois, passamos para o período da democratização, da solidificação da vida democrática. São dois ambientes bastante diferentes. E a nossa área acaba resvalando na militância, porque, na verdade, olhar o período militar era avaliar com o olhar da crítica ao militarismo e olhar o período seguinte era avaliar se a dívida social estivesse mesmo sendo paga (risos). Portanto, há dificuldades um pouco para separar aquilo que é sua vontade política de fazer da área social algo mais importante e com recursos na vida do país, com aquilo que acontecia de fato: restrições, as modificações do período mais neoliberal etc. Tudo isso é difícil para o analista, não é fácil, mas são ambientes diferentes que precisam ser considerados. Lembro que fiz um trabalho sobre a política social no governo militar e criou um certo, não é mal-estar, uma certa discussão. Teve coisas positivas? É claro que teve! Foi um período de alta expansão de várias políticas sociais, mas com as marcas do regime autoritário. Foi um pouco a tese desse artigo, dizer que, se havia a década perdida, foi a de 1970, quando havia recursos, dinheiro, massa crítica das políticas – porque já havia ocorrido uma expansão do acesso bastante razoável –, mas não houve uma política correta para melhorar o nível dos professores, para melhorar a qualidade dos serviços, para se fazer uma política urbana e habitacional mais cuidadosa etc. Perdeu-se ou houve atrasos cruciais exatamente no momento que havia dinheiro, muito diferente do período posterior (anos 1980), de alta inflação, muito poucos recursos, muita dificuldade... Década perdida foi quando você podia fazer e não fez. Sei que isso (risos)... Veja, é uma avaliação feita com olhos de pesquisador, mas também com o coração porque, na verdade... (risos)

VEO: *Mas sempre é.*

SD: É sempre assim, é sempre assim. Lembro quando fiz o meu doutorado, passei meses na Biblioteca Municipal. Me deram uma sala lá e li todos os jornais de 1940 até 1960. Houve um

momento, quando cheguei na morte do Getúlio, que comecei a chorar dentro da biblioteca. As bibliotecárias vieram todas me acudir. Falei com o historiador e professor Fernando Novaes: "Fernando, eu não sou uma boa pesquisadora" e comecei a chorar (risos). Ele disse: "Quem te disse que pesquisador é uma pedra de gelo? Você ficou louca, você tem que fazer as coisas também com o coração" (risos).

VEO: *Senão não sai.*

SD: Tive uma vida de militante política, estive exilada, voltei, lutei pela democracia. Claro que tudo isso pesa nas tuas escolhas, ir para a área social é uma escolha, ir para as políticas públicas também, até porque gosto de uma coisa mais metodológica. E sempre acabei, junto com as pesquisas, podendo fazer trabalhos acadêmicos, só que mais críticos sobre as limitações que as políticas sociais enfrentavam etc. O fato de você fazer pesquisas, o material da pesquisa te ajudava a pensar melhor essas coisas. Escrevi um artigo para uma revista do Paraná no fim de 1985, primeiro ano da atual República. O título era "Notas (desencantadas) sobre a política social da Nova República". Claro que meus amigos que estavam no governo não gostaram muito (risos), mas era o desencanto, obviamente. Claro, havia ajustes, cortes necessários, restrições... Mas a área social quase sempre apanhava mais!!! O artigo era quase uma defesa.

VEO: *Da área social.*

SD: Isso é uma coisa complicada, sempre foi assim, mas não me impediu de ter uma vida militante. Nunca fui de partidos políticos, sempre me alinhei com o MDB [Movimento Democrático Brasileiro] daquela época, mas nunca fui sua militante; estive ao lado do PSDB, mas também não fui militante. Continuei próxima do PSDB, nunca fui petista nem nada; ajudei o José Serra na elaboração dos programas das duas campanhas que ele fez para a presidência, porque achava que era um candidato bom, mas essa vida militante paralela (risos) nunca me impediu de fazer um trabalho mais isento nessas análises, nessas avaliações até o limite do possível, porque, obviamente, não é absoluto. Você faz escolhas desde o primeiro momento: você escolhe a sua pesquisa, a sua forma de trabalhar etc. Agora estou em um momento em que quero voltar um pouco atrás, pensando em voltar a fazer as análises mais macro – estado e economia – e talvez vá voltar um pouco para este caminho.

VEO: *Como você avalia sua condição de mulher na academia, especialmente na Ciência Política? Você já falou um pouco sobre isso, não é? Principalmente no caso da Ciência Política.*

SD: Como condição favorável ao meu gênero, vivi o fato de que essa área em que trabalho é uma área que tem predominância de mulheres. Portanto, não teve macho predador (risos) por cima. Tem dificuldades? Tem dificuldades. Dificuldades, muitas vezes, em certas escolhas. Nunca fui uma militante feminista. Abracei certas causas, até hoje abraço algumas mais que outras. Mas me lembro que estava em uma ABCP e algumas colegas feministas vieram falar comigo: "Você está falando que pode igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres". Eu disse: "Acho que já vamos caminhar para isso, acho que já estamos em uma...", "Não, porque a dupla jornada..." etc., etc., etc. E eu disse: "Entendo perfeitamente, mas acho que vai ser esse o caminho e essa igualdade vamos ter que enfrentar em algum momento". Então falaram: "Não, então vamos combinar o seguinte: você não fala, tá? Porque se você falar..." (risos). Eu disse: "Tá bom, vou falar hoje, mas não toco no assunto" (risos). Demos risadas depois, porque foi um pacto ali, para que não falássemos muito no tema (risos).

VEO: *(risos) E como você avalia, Sônia, a importância que vem adquirindo esse tema das demandas relacionadas a gênero nos últimos anos tanto no mundo do trabalho, quanto na acadêmica, em nossas instituições, enfim.*

SD: Acho que essa questão é uma história vitoriosa desses movimentos. Se você comparar com os movimentos dos negros, o vitorioso é o movimento feminista – os vários movimentos feministas, não estou falando de um só. O movimento dos negros é muito mais dividido, muito mais seccionado em posições etc. Não abraçaram todas as causas que podiam. A causa feminista lutou pela expansão dos direitos das mulheres, veio se firmando como um movimento, acho que, de uma forma, talvez... Estou falando sem reflexão original, mas acho uma das mais vitoriosas entre os movimentos de minorias. Com radicalismos, com dificuldades, tem coisas que hoje nem consigo acompanhar direito. Não sou uma militante muito próxima das causas muito mais pontuais, mas, enfim. No início dos anos de 1980, ia muito à Itália e acompanhei muito o movimento feminista italiano que se dissipou, também, na história como de alguns outros países. Me lembro de ir à algumas reuniões dessas feministas italianas, comprar as agendas, quer dizer, havia coisas muito interessantes que aliás estão nos livros da Elena Ferrante.

VEO: *Estou lendo nesse momento.*

SD: Naquele momento, me identificava mais. Havia algumas amigas que lideravam, no Brasil, esse movimento. A Bete Lobo era muito minha amiga, veio do Chile e acompanhava muita coisa tanto na França, quanto na Itália. Através dela, acompanhei bem o movimento inicial no Brasil. Acho que é um movimento, desse ponto de vista, importante, que logrou a entrada da temática de gênero na pesquisa e trabalhos acadêmicos. Para a minha área, em si, não tanto. Se disser que há um olhar de gênero na análise de políticas públicas eu diria que não tem. Não teve, até agora, desse ponto de vista, um movimento que privilegiasse esse olhar com discriminação, ou com uma coisa no âmago de políticas. Estão, mas com variações, porque a realidade também tem coisas muito interessantes. Por exemplo, as mulheres terem melhor desempenho educacional que os homens, desde pequenininhos. Talvez, seja um lado de "o homem tem que trabalhar e a mulher pode estudar" (risos). Alguma divisão há. Você pega os dados estatísticos de matrículas e também de desempenho escolar e há uma predominância e um êxito das meninas e das mulheres maior que dos meninos, que abandonam mais cedo a escola, que tem outras dificuldades. Talvez isso tenha a ver com alguma relação com a questão do trabalho precoce, algo tem por aí. Nunca estudei essa dimensão, talvez fosse uma dimensão a ser estudada de gênero. Não só pelo olhar feminista, mas por gênero, geral, porque tem uma diferença na área educacional, não sei se em outras, talvez no trabalho você também encontre. No trabalho, você tem a questão salarial. Esse é um tema clássico dos estudos da área do trabalho, essa diferenciação de gênero com discriminação das mulheres. Mas o que estava querendo dizer era: você não tem – até onde acompanho os estudos de políticas públicas, a não ser aquelas que são diretamente dirigidas, ou que impactam diretamente a mulher – um olhar de gênero feminista clássico. Tenho um pouco o viés de área, e nem é uma área... Na Ciência Política, em geral, talvez se tenha mais homens. Na análise de políticas públicas, área que mais trabalhei, é menos. Acho que há uma predominância até hoje de mulheres. As mulheres dominam a academia. A grande exceção, no que me toca de perto, foi a entrada do corte de gênero nos estudos sobre o *Welfare State*. Você se lembra: a crítica feminista bombardeou Esping – Andersen porque não considerava esta dimensão nos critérios de classificação dos Estados de Bem-Estar Social. Ele respondeu positivamente a esta crítica, incorporada desde então aos seus critérios.

VEO: *Até por isso você não sentiu ou não passou por nenhuma situação difícil, desagradável, por ser mulher?*

SD: Não, não tive isso. Não me lembro de nenhuma situação "isso aqui é coisa de João e não de Maria". Ou o desprezo que costuma acompanhar a discriminação. Pode ter passado despercebido, porque sempre fui entrona (risos), mas não mesmo. Por exemplo, contato com os meus superiores: o reitor. Passei por vários reitores que deram muita força para o desenvolvimento dessa área na Unicamp e com muito boa vontade. Não era o fato de ser uma diretora, uma coordenadora que impedia nossos trabalhos. Lógico que a abertura e sensibilidade dos reitores para nossas áreas sempre pesou. Foram áreas até prestigiadas pelos reitores Pinotti [José Aristodemo] e Paulo Renato [de Souza]. A área social e de demografia, nas quais trabalhávamos juntas eu e Elza Berquó, foi muito prestigiada por estes reitores, eles achavam importante que se desenvolvesse isso na Unicamp. Lembro que de uma penada consegui do Reitor Dr. Pinotti a contratação de nove pesquisadores para o Nepp. Vai ver se consegue hoje? Coisa nenhuma. Consegui os nove.

VEO: *É, realmente, era um bom momento da academia, porque hoje está difícil (risos).*

SD: Eram bons tempos, hoje está difícil...

VEO: *Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar sobre sua trajetória, sobre as mulheres na Ciência Política?*

SD: Se for falar dos fundadores, você verá que, na verdade, a Ciência Política tem mais homens fundadores que mulheres. Nessa subárea aqui, política social, políticas públicas, acho que tem mais mulheres que homens – e que fizeram, a maior parte delas, um pouco dessa minha trajetória, essa transição de análise do estado, com foco no estado, depois política social, políticas públicas, democracia etc. – se você for selecionar os fundadores, verá que é mais feminino. Mas essa área se desenvolve, mais ou menos, com a área de Ciência Política. Ela foi se institucionalizando ao mesmo tempo e, para isso, a expansão da pós-graduação foi muito importante. Mesmo não tendo as teses específicas sobre a área, eu e o pesquisador e professor da Unicamp Jorge Tápia, sempre oferecemos o curso de análise de polícias públicas na graduação e na pós, um curso instrumental, no qual não só havia pessoas da Ciência Política, como vinham pessoas de outros programas, porque era um curso que acabava sendo útil para as teses, para o trabalho do material empírico das pesquisas. Vinham pessoas do Instituto de Geociência, da Economia, do IFCH – é da Unicamp que estou falando. Tínhamos um curso concorrido: os outros possuíam 7, 10 alunos, o nosso tinha 18, 20 alunos, porque tinha esse caráter prático importante, oferecia úteis sistemas de análise. Essa expansão da pós – mestrado primeiro, doutorado depois – mais a interação entre centros de pesquisa e os cursos de pós-graduação – porque ocorreu muito aqui em São Paulo com o Cebrap-USP, com Idesp-USP, o Cedec-USP; no caso da Unicamp, os núcleos de pesquisa que foram criados no início da gestão do reitor José Aristodemo Pinotti e depois se desenvolveram bastante com o reitor Paulo Renato de Souza, – foi também fundamental para a institucionalização. Acho que a área cresceu e junto com ela certas subáreas. Essa foi uma, com certeza, outra foi a de estudos eleitorais e, obviamente, estávamos já no período da democratização. Faz parte, na verdade, da democratização essa valorização de estudos sobre a ação do governo, que é isso que nós fazemos na área de políticas públicas. Acho que isso foi importante. Não sei como esse novo governo vai enfrentar (risos), vai olhar!